

EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA

Expressão Universitária é o jornal mensal do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano: I - Nº 1

Maio 2009

SINSEPES

A VERDADE SOBRE OS ANTEPROJETOS

Conheça aqui algumas mudanças propostas pela Reitoria



Servidores discutem as propostas dos anteprojetos em Assembleia

pág 4

CAFÉ LILÁS

► pág 8

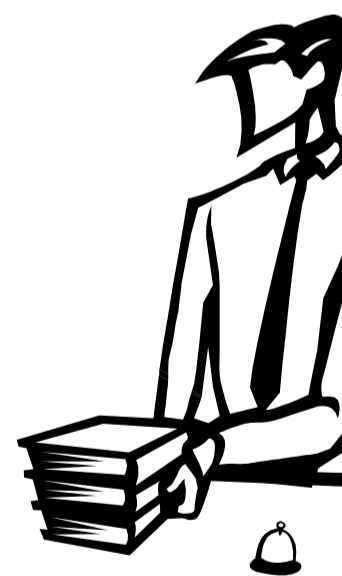
Sob o tema “Mulheres que vão à luta”, o SINSEPES realizou em março o tradicional Café Lilás. O evento é uma homenagem às mulheres que fazem parte da Universidade.



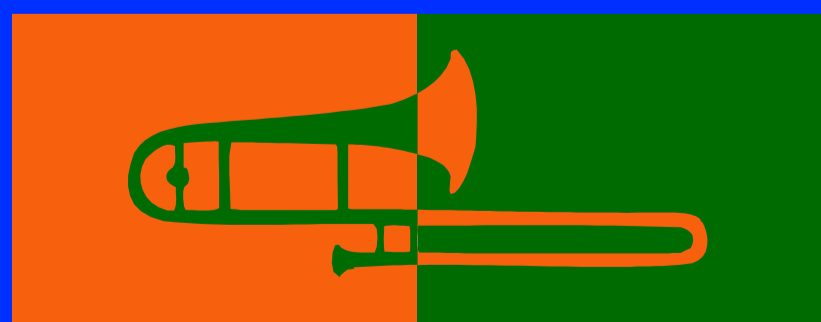
DIA 1º DE MAIO ► pág 7

O jornal Expressão Universitária traz uma reflexão sobre a data.

“Nosso desafio parece estar não mais em resgatar, mas em reinventar os sentidos do primeiro de maio, buscando estratégias de crítica ao capitalismo contemporâneo.”



BOCA NO TROMBONE



Aqui os servidores da FURB tem espaço para botar a boca no trombone e manifestar suas opiniões. Confira.

pág 6

EDITORIAL

Os últimos cinco meses foram de muito trabalho. Mesmo antes de tomar posse no dia 03 de dezembro passado, a diretoria eleita para o SINSEPEPES começou a trabalhar em ações relacionadas com a atenção às pessoas atingidas pela recente tragédia ocorrida em Blumenau. A primeira ação foi buscar identificar os servidores em situação de imediata fragilidade e, em comunicação com a Defesa Civil, auxiliar no possível dentro daquelas condições. Após devidamente empossados, além deste trabalho, passamos a nos dedicar ao conhecimento operacional do próprio sindicato, incluindo o balanço financeiro e patrimonial, além de um processo contínuo de adequação de despesas. No âmbito da comunicação, continuamos trabalhando na integra-

ção dos diferentes tipos de mídia. Ao finalizar, teremos uma identidade de comunicação, com jornal periódico, correios eletrônicos utilizados para informações de agenda de atividades, comunicações pontuais e linguagem mais direta. Essas mensagens estarão relacionando os temas, melhor trabalhados no novo sítio a ser publicado na internet. Também está em planejamento um sistema alternativo às comunicações eletrônicas, para uso nos setores com acesso à internet mais restrito.

No mês de março realizamos o tradicional Café Lilás, homenageando as mulheres trabalhadoras da FURB, que contou com a presença de grande número de servidoras e servidores.

Cabe-nos, enquanto representação dos trabalhadores, zelar pela segurança funcional, manutenção dos direitos trabalhistas e regularização da Universidade...

O mês também foi marcado pela conquista da reposição integral da inflação do último ano, em parcela única, o que não ocorria desde 2003, além do avanço nas negociações de cláusulas sociais com a Reitoria e o reconhecimento das perdas salariais acumuladas em períodos anteriores, pelo CONSAD. Também avançamos bastante no trabalho de aproximação com a Câmara de Vereadores, fundamental para os processos vindouros na Universidade, inclusive fazendo uso da tribuna. Destaca-se, ainda, o expressivo e permanente apoio ao Comitê Pró-Federalização da FURB em suas atividades gerais e na organização do Ciclo de Debates Universidade e Desenvolvimento.

TULIO VIDOR
Presidente

MAD: MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À MORADIA É UMA FORMA DE REAÇÃO

Existem várias formas de reação à situação provocada pelo desastre ocorrido em novembro passado. Uma delas se expressa na tentativa dos atingidos de buscarem uma solução mais apropriada às suas necessidades, mesmo que esta solução tenha que ser temporária. A ocupação da área do antigo camping, no Ribeirão Fresco, ocorreu após uma organização prévia dos atingidos que tentaram negociar com os representantes da administração pública uma resposta para a situação em que se encontravam.

Mais do que garantir o direito à moradia digna para a população atingida pelo desastre em Blumenau, a administração pública precisaria ter garantido condições de acolhimento e abrigamento mais dignas. Não no sentido material somente porque este, em alguma medida foi respondido, mas no sentido de garantir que a dignidade destas pessoas não fosse ferida, no que elas tem de mais precioso que é a sua liberdade, sua privacidade, sua autonomia. A condição de abrigamento, mesmo justificando-se terem sido obedecidas as "normas internacionais", como se diz no popular: "ninguém merece"! Para uma cidade como Blumenau, que tem arrecadação significativa e constava, até à pouco tempo, entre as melhores em qualidade de vida no País, manter tais famílias nestas condições é vexatório.

Passados 4 meses do evento, pergunta-se: O que se conseguiu garantir de concreto para estas pessoas? A maior

angústia dos atingidos, abrigados e moradores das áreas de risco, é não saber o que irá acontecer com eles; e, mais do que isso, não poder participar das discussões e das decisões que lhes dizem respeito. Estão sendo tratados pelas políticas públicas como meros objetos das ações. Passam pela seleção, pelo controle do Estado e vão sendo encaminhados para cá, para lá, conforme critérios que não podem questionar e que são duvidosos. Por exemplo: onde estão localizadas as áreas de risco depois do desastre? Muitas famílias voltaram para estas áreas, para não terem que se sujeitar aos abrigos, colocando em risco suas vidas novamente. Algumas destas áreas foram descritas como "parcialmente em risco". O que significa isso? Talvez que, pode-se correr risco parcial de morrer? Ou que se deve sair correndo caso comece a chover novamente?

Para ter certeza de que a sociedade não está participando das decisões, basta ver que os fóruns reconhecidos como espaços oficiais de decisão, como o Conselho de Assistência Social ou Conselho de Habitação, reuniram-se pouquíssimas vezes. O primeiro apenas para deliberar sobre decisões que já haviam sido tomadas; o segundo teve sua primeira reunião apenas recentemente cuja pauta incluía a discussão dos terrenos para construir as habitações (ainda!). Complicado pedir que as famílias tenham "paciência" e permaneçam nos abrigos frente a tal situação.

No caso da Política de Assistência, as "Orientações para as Conferências Municipais em 2009" propõem o tema: Participação e Controle Social. Seria este um bom momento para se repensar o controle social na operacionalização da Política de Assistência na cidade de Blumenau.

Neste contexto, o fato de algumas famílias terem se rebelado e construído alternativas para a situação em que se encontravam, é compreensível. A ocupação de áreas públicas, como é o caso do antigo camping municipal, apenas aponta para o poder público a necessidade de se resolver a situação. De fato é ao poder público a responsabilidade por tais respostas, como bem afirma o Desembargador Domingos Paludo, em seu despacho sobre o Agravo de Instrumento, solicitado a favor dos ocupantes da área. Diz ele: "O agravado (no caso, a administração pública), evidentemente, conhece a realidade local, as deficiências de suas regiões, sobretudo

após o desastre do mês de novembro, por isso mesmo deveria promover negociações públicas com a população atingida e não pretender a mera desocupação".

Estas negociações deveriam ser públicas mesmo, no real sentido do termo, com participação social, encaminhadas coletivamente, respondendo aos legítimos interesses daquele grupo que se organizou por laços de solidariedade entre si, em função de terem sido, de alguma forma, vítimas do desastre.

Com base nisso, acreditamos, conforme diz o próprio desembargador: "A demora no repasse das verbas federais pode ser um dos empecilhos para o início das obras, é certo, mas não justifica de forma alguma o modo como vem sendo tratada a questão."

JACQUELINE SAMAGAIA
professora do departamento de Serviço Social da FURB e coordenadora do Programa de Extensão em Assessoria Comunitária



Assembleia dos ocupantes sobre a manifestação do desembargador Domingos Paludo afirmando que as famílias podem permanecer no Ribeirão Fresco até que a prefeitura construa casas para todos.

AFINAL, O QUE É UM SINDICATO?

Você já parou para pensar sobre o que, afinal, é um sindicato? Quais as suas funções, desafios e possibilidades? Já parou para pensar o que significa, afinal, a organização sindical no contexto de uma instituição como a universidade?

É muito procedente o pensamento das pessoas quando associam a ideia de sindicato com a ideia de defesa de direitos. Na língua latina a

palavra sindicato vem do termo *sindicatus* e se refere a alguém que é escolhido para defender os direitos de um grupo de pessoas. Na língua grega, a palavra sindicato tem relação com o termo *ένωση*, que indica a ideia de união e de defesa da justiça.

As ações sindicais têm a importante função de defender os interesses coletivos dos trabalhadores e, nessa defesa, consolidar a ideia de que a riqueza construída por todos não pode ser de uso exclusivo de apenas umas poucas pessoas. Em uma sociedade como a nossa, tremendamente desi-

gual, a conscientização dos trabalhadores em relação aos seus direitos é uma das mais importantes tarefas a ser exercida pelas organizações sindicais.

Esta tarefa implica que os sindicatos, ao defender interesses pontuais de uma determinada categoria, precisem sempre ter presente em suas ações a defesa dos direitos de todos os trabalhadores.

A luta sindical na universidade tem um papel singular no que diz respeito aos processos de conscientização. Ela é feita de lembrar, insistentemente, dia-a-dia, que os trabalhadores

são seres criativos e, por isso mesmo, não precisam aceitar qualquer coisa de qualquer jeito. Ela é feita de lembrar, insistentemente, dia-a-dia, que as relações de trabalho marcadas pela opressão dos trabalhadores não são coisas naturais e que por isso mesmo devem ser enfrentadas na perspectiva da mudança. E talvez, um dos maiores desafios da luta sindical no contexto das instituições universitárias seja o de criar, na capacidade de luta de cada um, a vitória de todos.

CATARINA GEWEHR
Diretora de Formação

UMA AVALIAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO SALARIAL 2009

Como é de praxe, no mês de março, foi convocada pelo SINSEPEPES a Assembleia que discutiu e aprovou a Pauta de Reivindicações, bem como uma Comissão de Negociação (ver quadro com os participantes) para apresentar e discutir a Pauta com a Reitoria.

O SINSEPEPES encaminhou a Pauta à Reitoria em 02 de março, e foi chamado, juntamente com a Comissão de Negociação em 11 de março para esclarecimentos sobre a mesma. Após esclarecimentos sobre a Pauta, nova reunião foi marcada. No segundo encontro, em 17 de março, sem a presença do Reitor, é que houve alguma negociação da pauta, mas ficou claro a negociação ocorreria mesmo na reunião do CONSAD, na qual a Reitoria tentaria aprovar os itens que achava pertinentes.

O item que mais chama a atenção nas negociações é o índice de reajuste salarial a ser aplicado aos salários e neste ano não foi muito diferente, embora outras preocupações estejam presentes no coletivo da FURB, tais como a Ação movida pelo Ministério Público e a reforma administrativa, que a Reitoria, de vez em quando assinala que vai efetuar, embora, quando apresentada à Comunidade Universitária, tenha sido duramente criticada.

O SINSEPEPES reivindicou, como vem acontecendo há vários anos, a alteração da metodologia de cálculo, incluindo na cesta de índices o IVGP, Índice de Variação Geral de Preços, calculado pela FURB e utilizado pela região nos vários cálculos, o que não foi aceito pela Reitoria. Não foi apresentado um argumento convincente

para a não inclusão do índice na metodologia de cálculo. Apesar disso, foi aprovado por 15 votos a 6 a concessão de um reajuste de 6,14% pago integralmente, como não acontecia desde 2003, embora o pleiteado fosse 6,35%.

Quando às perdas acumuladas, a Reitoria reconhece a existência das mesmas; no entanto diz que a situação da Instituição não permite o pagamento das mesmas neste momento. O SINSEPEPES sinalizou com a possibilidade de abrir nova discussão no segundo semestre para analisar a possibilidade de reposição das perdas,

dependendo do número de alunos matriculados e do comportamento das finanças naquele momento, proposta não aceita pela Reitoria. O CONSAD aprovou por 13 votos a 8, a criação de uma Comissão, designada pela Reitoria, para apresentar ações que identifiquem recursos viáveis a reposição dos percentuais relativos às perdas salariais remanescentes de períodos anteriores. Quanto aos demais itens da pauta, o CONSAD aprovou por unanimidade o parecer do Relator.

LUIZ HEINZEN
1º Tesoureiro

PARTICIPANTES DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Luiz Heinzen
Margaréa Muller
Nelson A. G. Santos
Ricardo Machado

Sergio Luiz Pereira
Tulio Vidor
Viegas F. da Costa
Wilson Pedro Carli

DIVULGADA LISTA DOS CANDIDATOS PARA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO ISSBLU

Já está no site do SINSEPEPES (www.furb.br/sinsepes) a lista com os candidatos para Eleição dos representantes dos segurados nos Conselhos Administrativo e Fiscal do ISSBLU. As eleições acontecem de 4 em 4 anos e este ano quatro servidores da FURB estão concorrendo: Antonio Moacyr Pereira, Carlos Roberto Linhares e Elsa Cristine Bevan para o conselho administrativo e Erasmo Abel Viegas para o conselho fiscal.

Os servidores públicos municipais, segurados do ISSBLU, que já tenham concluído o estágio probatório, estão convocados para a eleição. Serão eleitos seis servidores efetivos e estáveis para compor o Conselho de Administração, quatro ativos (dois titulares e dois suplentes) e dois inativos (um titular e um suplente) e seis servidores efetivos e estáveis para

compor o Conselho Fiscal, três titulares e três suplentes.

As eleições acontecem no dia 18 de maio de 2009, das 7h às 20h. No SAMAE o horário será das 4h às 20h. Mesas coletoras fixas serão instaladas na Sede da Prefeitura Municipal de Blumenau, do Sindicato dos Servidores, SAMAE e na FURB, além de quinze urnas itinerantes que percorrerão roteiro pré-estabelecido pela Comissão Eleitoral.

THOMAS DA ROSA
Diretor de Imprensa

Saiba Mais

Mais informações podem ser consultadas no site www.issblu.sc.gov.br e www.furb.br/sinsepes

O DISTANTE SONHO DA CRECHE NA FURB

Após dois anos de análise e estudo, enfim a Comissão da Creche chegou a um veredito. "Não é viável". Foi esta a conclusão apresentada na reunião no dia 1º de abril,

onde a Comissão se reuniu com o SINSEPEPES e a ASEF. Além do veredito, também foi apresentado o projeto desenvolvido pelo grupo.

Em sua exposição, a Comissão projeta um Núcleo de Educação Infantil e como ele deveria ser implementado seguindo os critérios estabelecidos pelo MEC, o Ministério da Educação e justifica que os critérios devem ser atendidos visando à qualidade de ensino.

Dentre os critérios do MEC estão: educadores com formação, aquisição de um terreno plano de 2km², salas para atividades, incluindo espaços para o repouso, para as manifestações e expressões culturais, para o

movimento e as brincadeiras entre crianças e adultos; sem barreiras físicas ou visuais, no formato de colméia, entre outras questões.

A construção de um Núcleo de Educação Infantil de tal magnitude resultaria em investimento de R\$ 3.000.000,00 para a construção de cerca de R\$ 600,00 na melhor das hipóteses para o servidor.

Com isso, o relato final da comissão foi que implementar a creche torna-se inviável pelos critérios envolvidos, divergentes da atual realidade vivida na educação brasileira.

Resta agora saber quando a educação no Brasil será prioridade?

THOMAS DA ROSA
Diretor de Imprensa

Saiba Mais

Para conhecer o projeto acesse o site do SINSEPEPES na área de notícias: www.furb.br/sinsepes

O Jornal Expressão Universitária é uma publicação mensal do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. Diagramação: Thyana Mara Loesch. Jornalista responsável: Marcelle Meurer (SC 02366-JP). Tiragem: 4000 cópias.

Presidente: Tulio Sant' Anna Vidor
Vice-presidente: Luiz Henrique Costa
Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo
1º Secretário: Ricardo Machado
1º Tesoureiro: Luiz Heinzen
2º Tesoureira: Rita de Cassia Saraiva Rebelo

Diretor Jurídico: Glauco Anderson Espindola
Diretora de Formação: Catarina Gewehr
Diretora de Cultura: Mariana Freitas
Diretor de Imprensa: Thomas da Rosa

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura (1º Titular)
Osnildo Marcos Rodrigues (2º Titular)
Rita de Cassia Marqui (3º Titular)
Décio Zendon (1º Suplente)
Rubia Carla Ribeiro (2º Suplente)
Natacha Juli Georg (3º Suplente)

A VERDADE SOBRE OS ANTEPROJETOS E A REFORMA ADMINISTRATIVA

No Anteprojeto **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA** Você sabia que...

...os departamentos e o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) não estão incluídos no organograma da reforma administrativa?

“Art. 8º A FURB organiza-se pelas seguintes unidades, funcionalmente autônomas, na forma do Anexo I:

- I – Conselho de Administração - CONSAD;
- II – Conselho Universitário – CONSUNI;
- III – Reitoria, que conta com as seguintes unidades hierarquicamente subordinadas:
 - a) Gabinete da Reitoria;
 - b) Pró-Reitorias, que em seu conjunto contam com Divisões subordinadas;
 - c) Coordenadorias da Gestão Superior;
 - d) Controladoria;
 - e) Procuradoria Geral;
 - f) Ouvidoria;
 - g) Unidades Suplementares;
 - h) Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.

Parágrafo único As Unidades Universitárias, denominadas Centros, são institucionalmente vinculadas à Reitoria, sem subordinação funcional direta.”

...o CONSAD (Conselho de Administração) será o órgão máximo de deliberação das políticas da Universidade, assumindo diversas atribuições do CONSUNI?

“Art 10 Ao Conselho de Administração – CONSAD, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da FURB, compete:

- I – discutir e aprovar o Estatuto e demais normas da FURB no que lhe for pertinente, e reformá-los;
- II – analisar e aprovar:
 - a) o orçamento anual e o orçamento plurianual de investimentos, para encaminhamento ao Executivo Municipal;
 - b) a política de remuneração de seu pessoal, na conformidade da legislação pertinente, para encaminhamento ao Executivo Municipal;
 - c) diretrizes orçamentárias para o exercício seguinte, para encaminhamento ao Executivo Municipal;
 - d) o relatório anual de atividades;
 - e) o balanço geral da FURB;
 - f) a participação da FURB em empreendimentos públicos ou privados, para encaminhamento ao Executivo Municipal;
 - g) alienação ou oneração de seus bens, na forma da legislação aplicável, para encaminhamento ao Executivo Municipal; e
 - h) as tabelas de taxas, custas e anuidades escolares.

III - nos limites impostos por esta Lei Complementar, a criação, o desmembramento, a fusão e a extinção das unidades organizacionais;

IV – deliberar sobre o veto do Reitor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos seus membros;

V – aprovar a intervenção do Reitor nas Unidades Universitárias, denominadas Centros, obedecidos aos princípios constantes no Estatuto da FURB;

VI – homologar o resultado da eleição para o Reitor e Vice-Reitor, encaminhando o nome dos eleitos ao Prefeito Municipal de Blumenau para nomeação;

VII – aprovar a abertura de concurso público de provas ou provas e títulos para admissão de pessoal, bem como homologar os resultados;

VIII – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa no Estatuto da FURB;

IX – conhecer e deliberar sobre outras matérias de interesse da FURB, bem como coordenar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

X - elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento.”

...o CONSUNI (Conselho Universitário), que nas Universidades públicas é o órgão máximo de deliberação, perdeu o poder decisório, sendo responsável por pouco mais do que o antigo CEPE?

“Art. 11 Ao Conselho Universitário – CONSUNI, órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão, compete:

- I - definir as políticas de ensino, pesquisa e extensão da FURB;
- II – aprovar a criação ou extinção de cursos;
- III – elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento;
- IV – examinar, discutir, aprovar e reformar o Regimento Geral da FURB e dos demais órgãos;
- V – normatizar e apreciar proposições de concessão de títulos e honrarias;
- VI – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa no Regimento Geral da FURB;

VII – fixar normas sobre concursos vestibulares, currículos, e programas dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como sobre o calendário acadêmico, horários e turnos de funcionamento, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, reavaliação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;

VIII – fixar normas complementares às do Regimento Geral da FURB no âmbito da sua competência.”

...o reitor adquire super poderes administrativos acima de todos os órgãos da Universidade?

“Art. 12 A Reitoria é o órgão executivo máximo de direção da FURB, aos quais se subordinam todos os demais órgãos executivos na forma desta lei e do organograma da Instituição, sendo as seguintes as suas atribuições:

- I – representar originariamente a FURB para efeitos internos e externos;
- II – administrar, fiscalizar e superintender as atividades, praticando todos os atos executivos necessários à consecução dos objetivos da FURB, inclusive delegar competências e propor a criação e extinção de unidades organizacionais;
- III – convocar e presidir os Conselhos Superiores;
- IV – vetar, total ou parcialmente, as deliberações do Conselhos Superiores, no prazo de 15 (quinze) dias;
- V – intervir nas Universidades Universitárias, denominadas Centros.”

- Além disso, pode vetar qualquer decisão do CONSUNI, sem possibilidade de recurso e do CONSAD, sendo o veto derrubado somente por mais de 2/3 dos membros. (Art. 10 e 11)

- E também é a ele em pessoa (e não o Conselho responsável) a quem se deve encaminhar o último recurso nas decisões sobre os concursos públicos.

No Anteprojeto **APLICAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES** Você sabia que...

...as remoções se darão por ato do reitor e, sendo de ofício (por vontade da administração e não do servidor), não está mais prevista a comissão para avaliar os argumentos do trabalhador?

“Art. 13 A remoção de ofício dar-se-á, em caráter excepcional devidamente motivado, se assim o exigir o interesse público.”

...o reitor regulamentará critérios de gratificações a serem concedidas por produtividade e participação em programas por ele definidos?

“Art. 26 Poderá ser concedida gratificação aos servidores ocupantes dos quadros permanente de pessoal e contratados em regime temporário, de acordo com critérios de produtividade e de participação em programas de qualidade, e de remuneração variável, instituídos e regulamentados por ato do Reitor.”

...somente o reitor pode conceder licença ou afastamento aos servidores?

“Art. 36. A competência para a concessão de licença é do Reitor da Fundação, delegável a outras autoridades apenas em caso de impedimento ou afastamento daquela autoridade.”

...a administração respondeu à reivindicação dos trabalhadores, em reunião do CONSAD, que a inclusão da licença por motivo de doença dos pais seria contemplada nos anteprojetos e não foi?

“Art. 38. O servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, companheiro, companheira e filhos, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, conforme atestado de junta médica oficial e da assistência social.”

...Os professores PSPS não serão mais contratados pela CLT e sim através de um “obscuro” contrato administrativo, até agora não divulgado e que não garante os direitos trabalhistas?

“Art. 46. É de natureza administrativa, e não contratual trabalhista ou funcional estatutária, a contratação a que se refere o artigo anterior, sem qualquer vinculação, de qualquer natureza, com a CLT ou com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.”

“Art. 53 (...) Parágrafo único: Na forma deste artigo, a FURB não assumirá qualquer vinculação ou encargo previdenciário ou securitário com relação aos contratados com base neste Capítulo.”

“Art. 57 A contratação temporária pelo Regime Administrativo previsto nesta Lei será realizada gradativamente na medida da extinção pelo decurso de prazo dos atuais contratos temporários regidos pela CLT.”

...quanto ao auxílio educacional, a palavra “será” foi substituída por “poderão”, significando a possibilidade de não concessão deste direito? E que foi excluída a descrição dos beneficiários “professores e funcionários, seus dependentes, seus cônjuges e filhos”, sendo substituído simplesmente por “dependentes”?

“Art. 16 - A título de auxílio, poderão ser concedidos abatimentos de encargos educacionais aos servidores da FURB e seus dependentes, nas condições e na forma estabelecidas em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração”.

No Anteprojeto **PLANO DE CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS** Você sabia que...

...o interstício para progressão em carreiras de nível superior é estabelecido em 7 anos e em 5 anos para as de nível médio?

“Art. 15 - O Grupo Ocupacional Nível Superior definido no Anexo II desta Lei tem quadro de carreira específico, que viabiliza a continuidade ascensional do servidor, até o limite máximo no Sistema de Carreira Geral.

§ 1º – Os cargos integrantes do Quadro de Carreira Nível Superior, além de suas referências de vencimento, obedecerão aos estágios profissionais: A, B e C, observado o interstício de 7 anos para cada estágio, que definem critérios especiais de enquadramento e recrutamento.”

...os advogados que atuam na Procuradoria Geral passam a receber verba sucumbencial (por ganho nas causas)?

“Art. 15 (...) § 3º É garantida, a partir da vigência desta Lei, aos advogados integrantes da Procuradoria Geral da FURB, que atuam no foro judicial nos processos em que a Universidade é parte, verba sucumbencial, na forma do art. 23 da Lei n. 8.906/94”

No Anteprojeto **ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE NÍVEL SUPERIOR** Você sabia que...

...os professores não são mais lotados no departamentos, mas nos Centros?

“Art. 8º Os docentes de nível superior são lotados em alguma das unidades universitárias, e os de nível médio e profissionalizante na unidade de ensino médio e profissionalizante, ambas da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, e a lotação dar-se-á em função das necessidades de cada unidade, observadas as vagas existentes.”

PERGUNTAS QUE A SEMÂNTICA NÃO PODE EXPLICAR

O que significa dizer que a Reitoria possui atribuição de intervir nas Universidades Universitárias? (Art. 12 da Estrutura Administrativa)

Qual o percentual de cargos em comissão reservados aos servidores efetivos constantes como 30% (vinte por centos)? (Art. 26 da Estrutura Administrativa)

Como encaminhar recurso ao CEPE, se este está extinto da estrutura organizacional? (Art. 20 do Estatuto do Magistério)

CONSIDERAÇÕES DE ALGUNS SERVIDORES

Alguns servidores colocam a boca no trombone em relação aos anteprojetos de lei apresentados pela Reitoria:

“Não se nega a necessidade de se modificar a estrutura administrativa atual da FURB. O que é difícil de aceitar é o aproveitamento de uma fragilidade jurídica para impor uma reforma administrativa de cima para baixo, desprezando o CONSUNI, o CONSAD e o CEPE e a nossa exemplar história de participação na construção de nossa organização. Da forma como a Reitoria está propondo a reforma, dá a impressão que a FURB está surgindo agora, que não há Estatutos e Regimentos em vigor. Ou melhor, parece que no entendimento dos proponentes, algumas das competências dos atuais Estatutos e Regimentos são ilegais. Está havendo, tenho a impressão, um grande equívoco, que pode e necessita ser corrigido. Estou eu equivocado?”

Por isso, não tenho dúvidas, que a proposta de reforma administrativa encaminhada é precipitada, não legítima, incompleta porque deixa muitos assuntos em aberto, para ser esclarecido em um futuro “Estatuto da FURB”, que ainda necessita ser elaborado. Enquanto isso, a FURB ficará ao sabor de atos administrativos do Reitor. É isto razoável para a FURB?”

EGON JOSÉ SCHRAMM
conselheiro do CONSUNI, CONSAD e
Conselho Estadual de Educação

“É vergonhoso, vexatório, que a Reitoria, eleita democraticamente, com meu voto, apoio e campanha, trate a toda comunidade acadêmica com tamanha indiferença, como se todos fôssemos ignorantes, incapazes de perceber que a “consulta à comunidade” não passa de farsa. Se essa consulta fosse realmente uma consulta, ela teria caráter deliberativo, far-se-iam votações de todos os itens, levar-se-ia a sério o que os servidores pensam. Mas não, nada de consulta, apenas apresentação. As pessoas mandam por e-mail suas propostas, a Reitoria diz que elas são inviáveis, ignorando-as, e manda à Câmara a sua proposta, na íntegra, sem que haja nenhum mecanismo deliberativo da comunidade universitária, para fazer valer suas sugestões. É vergonhoso. Realmente me sinto mal, com ânsia de vômito, ante tamanha indiferença às pessoas reais que são a universidade.

Isso não é um desabafo, é um posicionamento crítico frente às manobras autoritárias de uma instância que deveria zelar pelo princípio básico de nossa civilidade: A DEMOCRACIA. Meu voto de repúdio, não à proposta de reforma, mas à manobra autoritária que se faz atualmente com a mesma. Que Deus não abençoe a todos os autoritarismos da atual Reitoria.”

CELSE KRAEMER
professor do departamento de
Ciências Sociais e Filosofia

“Face aos muitos questionamentos e dúvidas que estão surgindo quanto ao encaminhamento dos Anteprojetos de Lei e Reforma Administrativa, que dizem respeito aos Servidores da Universidade Regional de Blumenau, a Diretoria da APROF - Associação dos Professores da FURB, solicita ao Magnífico Reitor que os mesmos possam ser discutidos por mais tempo e sem muita pressa, a fim de que não permaneçam dúvidas aos servidores da Universidade e desta forma evitarmos possíveis situações desagradáveis.”

LEONIR ALBA
presidente da APROF

“Lamentável e revoltante o oportunismo da atual Reitoria, que usa da Ação Civil Pública para levar ao Legislativo Municipal uma Reforma Administrativa que extingue Conselhos Superiores e instâncias políticas internas, entre outras coisas, sem convocar a Comunidade Universitária para que esta delibere e decida a respeito daquilo que considera oportuno para a existência de uma Universidade pública e democrática. Ao fazê-lo, a Reitoria despreza a história da Furb, impondo à Comunidade Acadêmica uma estrutura administrativa centralizadora e gestada em gabinetes fechados. Um retrocesso que me envergonha!”

VIEGAS FERNANDES DA COSTA
servidor técnico-administrativo e
conselheiro do CONSUNI

“Reformas sempre são necessárias. Quando envolvem poucos, as reformas são rápidas. Porém, no momento que a vida profissional de muitos está em jogo; quando a liberdade de expressão é tônica à reforma, esta deve ser clara e digna de um ato democrático. A “forma” - além do conteúdo - pelos quais os anteprojetos de lei, oriundos da administração superior veio à comunidade universitária, demonstra que os anteprojetos são reflexos de poucos. A necessidade de formalizar a exigência do ministério público é indiscutível. Porém, não pode ser subsídio para alterar a estrutura administrativa acadêmica e suprimir conquistas históricas de todos os sujeitos da FURB. Além de subjugar a capacidade de mudanças, oriundas através da discussão pelo corpo funcional da Instituição e, muito menos, subjugar os preceitos do CONSAD e CONSUNI através do “consenso” e não pelo voto.”

CLÁUDIO LAURENTINO GUIMARÃES
professor do departamento de
Ciências Farmacêuticas

“Manifesto meu NÃO APOIO ao ante-projeto de lei formulado pela Reitoria, pois atenta contra o princípio de gestão democrática e inclui uma reforma universitária não formulada com a participação da comunidade universitária e desnecessária para atender as exigências da Ação Civil Pública de 18/09/2008. Destaco alguns dos artigos que ferem o princípio de gestão democrática, historicamente respeitado em nossa Universidade: Art. 7º, Art. 8º., Art. 9º (dá poder ao Reitor não consonantes com o Art. 56 da LDB, tal poder é dos conselhos superiores) e o Art. 10, Inciso IV.”

VILMA MARGARETE SIMÃO
professora do departamento
de Serviço Social

PRIMEIRO DE MAIO E SUAS APROPRIAÇÕES HISTÓRICAS

Após a segunda metade do século XIX, na medida em que as relações capitalistas no mundo do trabalho se intensificavam em uma escala globalizante, os trabalhadores através da Internacional Socialista também buscaram a construção de uma identidade global em torno de suas lutas. Por isso, a Internacional definiu o primeiro de maio como dia mundial pela redução da jornada de trabalho, marcando com esta data a memória aos mortos no movimento grevista de Chicago em 1886. No entanto, desde então, esta



data vem sendo apropriada de maneira distinta, mantendo sua unidade no elemento trabalho/ trabalhador. Por vezes tomado em tom celebrativo e por outros com um caráter reivindicatório marcado de maneira mais contundente através das passeatas e manifestações dos trabalhadores.

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, o primeiro de maio era marcado por um dia de luta dos trabalhadores e de grandes mobilizações, principalmente com a influência dos sindicatos anarcosindicalistas. Mas foi com Getúlio Vargas que este dia se transformou em feriado e potencializou o seu caráter celebrativo. O “Pai da Nação”, apoiado em uma estrutura sindical atrelada ao governo realizava gigantescas comemorações onde as ditas “classes produtivas” eram o elemento central de sua mística de exaltação do Estado Novo. Neste período histórico, ao ser colado a palavras como família e nação, o trabalho foi um dos pilares dos regimes totalitários. O corpo do trabalhador disciplinado foi ao mesmo tempo modelo estético e lugar de intervenção do poder político destes regimes. Basta lembrarmos que era comum nos campos de concentração placas nazistas com dizeres como “só o trabalho liberta”.

Na região de Blumenau há uma longa tradição de comemoração desta data. Durante muito tempo, o dia do trabalha-

dor foi visto como o momento dos trabalhadores irem aos seus locais de trabalho ou associações recreativas para confraternizar com os patrões, em festas que buscavam invisibilizar a exploração de classe. Usou-se de um discurso paternalista, pautado no entendimento da empresa como uma grande família, e por consequência, os filhos que fossem obedientes aos

cariamente cumprida.

Por isso, nosso desafio parece estar não mais em resgatar, mas em reinventar os sentidos do primeiro de maio, buscando estratégias de crítica ao capitalismo contemporâneo. Em um mundo onde as relações de produção ampliaram sua complexidade, é preciso incorporar temas e ações que não só promovam melhores con-

“Em um mundo onde as relações de produção ampliaram sua complexidade, é preciso incorporar temas e ações que não só promovam melhores condições de trabalho, mas, sobretudo, que permitam a conservação da vida e promoção da felicidade humana.”

dições de trabalho, mas, sobretudo, que permitam a conservação da vida e promoção da felicidade humana. Com isso, é possível dizer que o primeiro de maio não necessariamente precisa reafirmar a identidade do trabalho, mas que possa ser um dos processos de mobilização em torno de temas que são também de classe social. Se a criação do feriado nesta data produziu um efeito desmobilizador, é preciso buscar

criar novos significados através de estratégias de formação crítica, ações coletivas localizadas e que incorpore as demandas e reivindicações dos mais diversos movimentos como dos sem-teto, dos sem-terra, dos ambientalistas, dos movimentos feministas, do movimento negro, dos que lutam por mobilidade urbana sustentável, dos que lutam por educação pública de qualidade, etc.

RICARDO MACHADO
1º Secretário

“A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser.”

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. p.74

TRABALHO
E JUSTIÇA
PARA
TODOS.

MISSA DOS TRABALHADORES
1º DE MAIO
HORÁRIO: 09H00
LOCAL: CATEDRAL DE BLUMENAU

SINSEPE REALIZA O TRADICIONAL CAFÉ LILÁS

Evento busca e estimular não só as servidoras, mas todos os trabalhadores em a favor da luta feminina.

Sob o tema “Mulheres que vão à luta”, o SINSEPE realizou, no dia 6 de março, o tradicional Café Lilás. O evento é uma homenagem às mulheres que fazem parte da Universidade. Durante toda a tarde, servidoras, e também servidores presentes, puderam participar de palestras com diferentes profissionais.

O psicólogo da FURB, Glauco Anderson Espíndola deu início aos diálogos. Ele ilustrou um pouco da história das mulheres e lembrou caminhos já percorridos por elas. O psicólogo também expôs um filme, narrando o pesadelo de um homem no papel diário de ser mulher. Mesmo sendo da década de 80, o vídeo conseguiu retratar exatamente o que muitas mulheres passam nos dias de hoje: a jornada de ser mãe, esposa, trabalhadora, e, claro, mulher.

O Café Lilás ainda contou com a participação das jornalistas Elaine Tavares e Miriam de Abreu, editoras

da Revista Pobres e Nojentas, de Florianópolis. Elas dividiram experiências e apontaram como é ser uma mulher que vai à luta por aquilo que deseja. Elaine afirmou que a mulher pode ter sim seu espaço em um mundo tão capitalista, e que, na maioria das vezes, é controlado por homens. Ela questionou a ação da mulher na sociedade. “Temos que pensar qual é o nosso papel nos dias de hoje. Como estamos educando nossos filhos, netos, amigos. Afinal somos nós as educadoras. A responsabilidade é nossa, a nova sociedade vai ser construída por nós”, declarou a jornalista.

Já Miriam de Abreu compartilhou um pouco do lado profissional. A jornalista retratou como a mídia trabalha com a mulher, a exploração do corpo e o apelo sexual estampado em revistas e jornais. Dividiu as histórias de mulheres de comunidades pobres de Florianópolis que arregaçaram as mangas e correram atrás de sonhos. “O dia 8 de março não é um dia de parabéns ou presentes, e sim um dia de reflexão de como a mulher é vista e o que pode ser feito para mudar determinados conceitos”, concluiu Miriam.

Além da palestra com os três profissionais, foram realizados sorteios de brindes e encerrando

a tarde de homenagens um café foi oferecido pelo SINSEPE.

A servidora Juvenila Maria Moura, de 57 anos, não perdeu a oportunidade de conhecimento.

“A gente tem que aproveitar tudo o que acontece, ainda mais quando é alguma coisa pra mim, pra mulher. Temos que nos valorizar. Vou sair daqui hoje aprendendo coisas que eu não sabia. E amanhã eu continuo aprendendo, e depois de amanhã mais ainda”, declarou Juvenila. Ela foi uma das primeiras a chegar ao auditório, e uma das últimas a sair do evento.

O Café Lilás foi o primeiro evento cultural programado pela nova diretoria do SINSEPE. “Eventos como este, que discute temas tão importantes sobre nossa sociedade e sobre nosso cotidiano

devem ser cada vez mais incentivados e inseridos na vida dos servidores”, conclui a diretora de cultura Mariana Freitas.



Alguns servidores foram presenteados com sorteio de brindes



Café oferecido pelo SINSEPE para homenagear as mulheres



Momento de confraternização entre as servidoras



Os palestrantes, o psicólogo Glauco Espíndola e as jornalistas Elaine Tavares e Miriam de Abreu

História do 8 de março

No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato total-

mente desumano.

Somente em 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU, a Organização das Nações Unidas, como o Dia Internacional das Mulheres, em homenagem as trabalhadoras que morreram na fábrica em 1857.

O dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.